

CRISTÃOS E INFIÉIS NOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA, CHIQUITANIA E PANTANAL: CONFLITOS, RECIPROCIDADE E MOBILIDADE SOCIAL (SÉCULO XVIII)

Ariane Aparecida Carvalho de Arruda¹

Resumo

Esse estudo pretende discutir as dinâmicas étnicas utilizadas pelos indígenas “cristãos” e “infiéis” nos espaços de fronteira, não apenas geográfica e política, mas sobretudo cultural e social. Assim, compreender os fenômenos de interação e intercâmbios pacíficos e bélicos entre os distintos agentes sociais, a partir das ações e respostas dos indígenas diante das relações assimétricas com os europeus, ao longo do século XVIII. Essas vinculações entre os espaços, proporcionaram a mobilidade entre os atores sociais, que utilizavam não somente o confronto e a resistência, mas a negociação e a reciprocidade para atuarem na expansão europeia.

Palavras-chave: infiéis; cristãos; dinâmicas étnicas; etnificação; espaços de fronteira; século XVIII.

Resumen

Este estudio pretende discutir las dinámicas étnicas utilizadas por los indígenas “cristianos” e “infielos” en los espacios de frontera, no sólo geográficamente y política, pero sobretodo cultural y social. Así, comprender los fenómenos de interacción e intercambios pacíficos y bélicos entre los distintos agentes sociales, a partir de las acciones y respuestas de los indígenas delante de las relaciones asimétricas con los europeos, al largo del siglo XVIII. Esas vinculaciones entre los espacios, proporcionaron la movilidad entre los actores sociales, que utilizaban no sólo el confronto y la resistencia, pero la negociación de la reciprocidad para actuar en la expansión europea.

Palabras-clave: infiles, cristianos, dinamicas etnicas, etnificación, espacios de frontera, siglo XVIII.

Introdução

Nas últimas décadas, os estudos voltados às relações de fronteira estão utilizando “espaços de fronteira” ao invés de somente “fronteira” para evitar a interpretação tradicional desse espaço como limite ou linha divisória que separava realidades opostas. Mas, quando estudamos esses “espaços de fronteira”² percebemos fenômenos de interação e

¹ Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, período 2011 a 2015, bolsista integral/CAPES, bolsista PDSE/CAPES/PUCRS/US, período 01/maio a 31/julho de 2015.

² Os espaços de fronteira compreende a região da Chiquitania e do Pantanal. A Chiquitania está localizada no atual Oriente boliviano, que estende seus limites desde o Chaco, ao sul, até 15° de latitude sul, ao norte; a região das grandes lagoas do Pantanal (Brasil), a leste do rio Grande ou Guapay, abarcando a área das atuais províncias de Chiquitos, Ángel Sandoval, Velasco, Nuflo de Chávez e Germán Bush ao departamento de Santa Cruz de la Sierra/Bolívia (NAVARRO & MALDONADO, 2006, p. 159). O Pantanal está situado entre os paralelos 16° e 22° de latitude Sul e os meridianos de 55° e 58° de longitude Oeste, sendo considerada uma das maiores planícies de inundação do mundo, com rios, lagoas, canais fluviais e inúmeros *habitats* ocupados por uma diversidade de fauna e flora, com variedades aquáticas e terrestres. Na borda oeste do Pantanal, há um conjunto de lagoas ligadas ao rio Paraguai através de canais fluviais, denominadas de Região das Grandes Lagoas do Pantanal. Nessa região, estão inseridas as lagoas do Jacadigo, Negra, Cáceres, Castelo, Vermelha, Mandioré, Gaíba, Uberaba, Piranhas e Orion (PEIXOTO, 2003, p. 43). Tanto o Pantanal como a Chiquitania apresentam vários tipos de vegetação e fauna características do bioma Cerrado e Pantanal.

adaptação mútua entre distintos agentes sociais. Os pensadores das relações articuladas nesses espaços definem como uma área porosa e permeável, em que ocorrem relações complexas de interações, intercâmbios e processos de mestiçagem cultural, social, política e econômica. Nessa fronteira porosa era constante a comunicação e o intercâmbio pacífico ou conflituoso entre os grupos étnicos (QUIJADA, 2002; BOCCARA, 2003; LUCAIOLI & NACUZZI, 2010).

As características e as relações articuladas são criadas e reformuladas pelos diferentes grupos sociais nesses espaços de fronteira, mediante o contato interétnico, a comunicação, a negociação, os intercâmbios pacíficos e bélicos, as interações diversas e a mestiçagem. Com isso, podemos pensar sobre as ações e respostas dos grupos indígenas, cristãos e infiéis, diante das interações com espanhóis e portugueses nesses espaços, como afirma Lucaioli & Nacuzzi (2010, p. 14) refletir sobre as “múltiplas estratégias criativas desde ambos lados”.

Ainda concordando com as autoras, estudar as interações criadas entre distintos agentes sociais nesses espaços permite levantar vários problemas semelhantes, ou seja, ações que se repetem em diversas fronteiras geográficas: espaços desconhecidos para uns e conhecidos para outros, negociações políticas e econômicas intensas, pactos não cumpridos, roubos de gados entre jurisdições, desconhecimento dos europeus sobre a organização e composição dos grupos indígenas, confrontos com indígenas, entradas punitivas a grupos infiéis, busca de riquezas, tentativas de evangelização a grupos infiéis, alianças, negociações, deslealdades e compromissos (LUCAIOLI & NACUZZI, 2010, p. 16-17). E, ainda caberia nessa lista de problemas, aquele apresentado nesse estudo, que seria as constantes investidas de grupos infiéis nos espaços colonizados pelos europeus, como as estâncias e as missões religiosas, e suas consequências. Assim, definem as autoras diante dessa complexidade de problemas e ações sociais,

fragmentos de sociedades y retazos de comportamientos mezclados, confundidos, combinados y luego rescatados y amalgamados como nuevas formas de encarar la relación entre indígenas y colonizadores o agentes del estado que estaban separados-y unidos- por un enclave, un límite o un espacio de frontera (LUCAIOLI & NACUZZI, 2010, p. 17).

O século XVIII foi marcado por vários Tratados e promulgações de Reais Cédulas, que eram constantemente violadas desde o *Tratado de Madrid*, em 1750, tanto pelos portugueses quanto pelos espanhóis. E, pelas reformas políticas Bourbônicas espanholas. Essas reformas ocorreram nos âmbitos administrativos, econômicos e militar, e tinham o objetivo de dinamizar o comércio colonial e assegurar o efeito domínio espanhol em suas possessões americanas, bem como controlar a ocupação de fronteiras, visando impedir avanços portugueses e alianças com grupos indígenas, especialmente, os “infiéis” que ocupavam esses espaços de fronteira. Como afirma Garcia (2011, p. 58), “os indígenas como agentes sociais nessas reformas ocupam papel na construção dos limites e das possibilidades de aplicação dessas propostas”.

Assim, ao longo desse período surgem novas formas de ascensão social, como a dos comerciantes, num contexto histórico onde o que predominava eram mecanismos de defesa e de sobrevivência, diante da colonização e novos agentes sociais emergindo (como soldados e escravos negros). Nesse cenário, os indígenas cristãos e infiéis entravam como mediadores de negócios entre as Coroas, espanholas e portuguesas, e como ameaça aos diferentes grupos étnicos.

Transitar pelos espaços de fronteira é conviver com distintos personagens. Aqueles que já estavam na região muito antes dos europeus chegarem, e, aqueles que foram introduzidos pelos europeus e pelo contexto vivenciado, e, as repercussões diante das tentativas de sobrevivência e integração nesse cenário de constantes disputas, negociações, violência, resistência e reações adversas.

Fazia parte do processo de colonização da América a distinção entre os indígenas (nativos ou *naturales*) que estavam diretamente inseridos na sociedade colonial, vassallos e aliados aos europeus. Eram incorporados à sociedade colonial, com estatuto jurídico e social específico, cabendo assim obrigações e direitos. E, aqueles que habitavam as regiões de fronteira, frequentemente, tidos como “inimigos” dos europeus, devendo constantemente ser combatidos. Esses indígenas eram conhecidos genericamente como “infiéis”, “bárbaros”, “gentios” e “índios não submetidos”, impunham desafios constantes à expansão colonial (ALMEIDA, 2011, p. 107).

A construção dessas categorias “índios aliados e cristãos” e “índios infiéis e bárbaros” também serviu para as constantes investidas dos europeus à conversão desses infiéis, as guerras justas, a submissão aos espanhóis e a justificativa da obtenção de cativos indígenas (prisioneiros de guerra). Entretanto, na *Recopilación de Leyes de Indias*³ era evidente o dilema e a discordância dessas classificações, pois durante uma guerra como separar indígenas “cristãos” de “infiéis”, caso estivesse juntos? Cabe ainda ressaltar que essas classificações serviram, antes de qualquer coisa, como um instrumento para perpetuar as diferenças étnicas e sociais, e, “como construções históricas que adquirem significados específicos conforme os agentes sociais e os momentos históricos por eles vivenciados” (ALMEIDA, 2008, p. 22).

Entram na categoria dos “cristãos” os indígenas conhecidos genericamente como *Chiquito* ou *Chiquitano*, também conhecidos por *Trabacosis* ou *Tapuymirí* (ver Fig. 1). O primeiro contato com esses indígenas ocorreu por volta de 1557, durante a expedição do espanhol Nuflo de Chávez pela região da Bolívia. Entre esses grupos, os colonizadores espanhóis encontraram bastante resistência. Assim, parece que a denominação dos indígenas da Chiquitania como *Chiquito* ou *Chiquitano* corresponde a uma construção colonial, homogeneizadora, para definir os grupos indígenas da região, designada pelos espanhóis ou pelos indígenas inimigos. E, esses indígenas passaram a ser reconhecidos e identificados por meio desses nomes nas fontes posteriores, especialmente, nos documentos produzidos pelos missionários jesuítas e pelas autoridades administrativas.

³ A *Recopilación de Leyes de Indias* está disponível em <http://www.congreso.gob.pe/ntley/LeyIndiaP.htm>

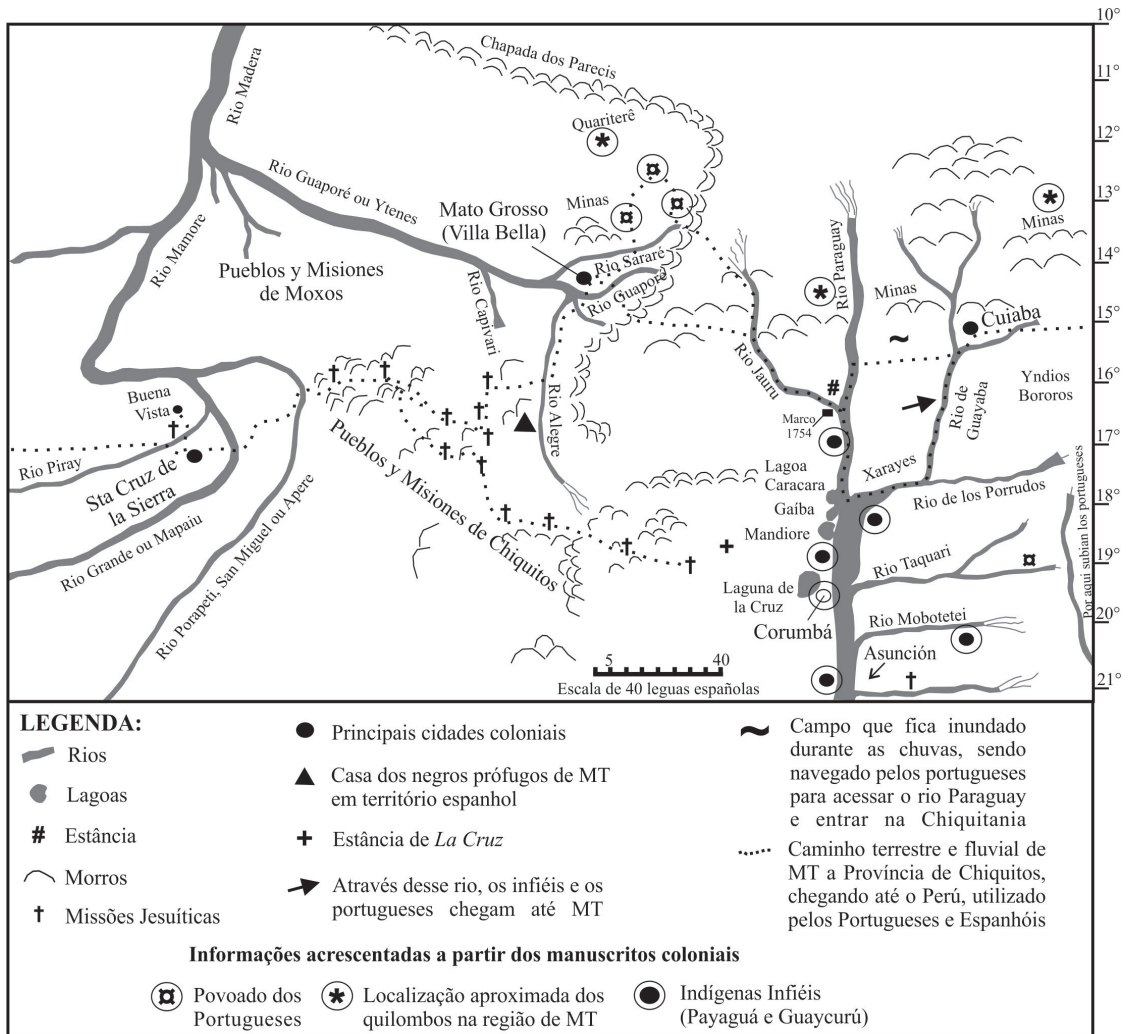


Figura 1 – Mapa de 1778 com as cidades coloniais, as missões de Mojos e Chiçuitos, as estâncias e gados das missões, os principais quilombos na região de MT, a casa dos escravos negros prófugos em território espanhol, a localização dos indígenas infieis (Payaguá e Guaycurú) e os caminhos terrestres e fluviais de MT a Província de Chiçuitos, utilizados pelos portugueses e espanhóis. **Fonte:** Figura reproduzida de acordo com o mapa original “Plan de Cuyaba, Matogrosso y Pueblos de los Yndios Chyquytos y Sta. Cruz, sacado por orden de el Señor Governador Don Tomas de Lezo y Pacheco”, 1778. Em destaque estão inseridas informações acrescentadas a partir dos manuscritos coloniais.

Os Payaguá e os Mbayá-Guaycurú estão na categoria dos indígenas “bravos, bárbaros ou infieis”, pois desde o início da conquista são apresentados, nos relatos de viajantes e missionários, por meio de intensos episódios de conflitos. No século XVI, os estudos relacionam os Mbayá-Guaycurú como habitantes do Chaco, deslocando-se num extenso

território desde a cidade de Assunção até a margem ocidental do Alto Paraguai. Posteriormente, com a pressão exercida pelo contato com os europeus, a partir de meados do século XVII, esses grupos começaram a ocupar a margem oriental do rio Paraguai, no Pantanal e áreas periféricas (HERBERTS, 1998, p. 158). Nesse contexto é que começamos a encontrar os “infiéis” Guaycurú em território boliviano, em episódios relatados nos manuscritos coloniais sobre as investidas desses grupos nas missões que se encontravam próximo ao espaço de fronteira Bolívia/Brasil, como Santo Corazón, Santiago e San Juan de Chiquitos, bem como nas estâncias de gados dos espanhóis.

Por outro lado, os Payaguá eram exímios habitantes do Alto Paraguai, se deslocavam entre o extremo sul e o norte do Rio Paraguai. Esses grupos eram tidos como “infiéis”, porque constantemente estavam dificultando os caminhos dos europeus, tanto ao longo das expedições, da fundação de cidades, portos e povoados, como nas tentativas pelos jesuítas de reduzi-los. A partir de 1703, aparecem, frequentemente, nos relatos dos padres da Companhia de Jesus, sobretudo, durante as tentativas dos missionários em interligar os *pueblos* Guaraní com as missões de Chiquitos, por meio do Rio Paraguai. Esses episódios são marcados por intensos conflitos e inúmeras mortes (ARRUDA, 2011, p. 45-47 e p. 114-127).

As Fontes históricas

O desenvolvimento dessa pesquisa foi possível pela consulta e análise das fontes manuscritas produzidas pelas autoridades administrativas coloniais e atendidos pela Audiencia de La Plata ou Audiencia de Charcas. Paralelo à análise dos manuscritos foi feito um cotejamento de dados a partir de outras possibilidades de fontes, como as Cartas Anuas dos jesuítas das missões religiosas de Chiquitos e outras pesquisas que apresentam temas semelhantes.

No Archivo y Biblioteca Nacional de Bolivia, na cidade de Sucre, os manuscritos analisados estão organizados no Catálogo de documentos de Mojos y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823. Esse catálogo apresenta um conjunto de 1.565 unidades documentais, organizadas por Gabriel René Moreno e pela Audiencia Charcas. Os documentos são expedientes, informes, relatórios, cartas, decretos e ofícios relativos à administração das missões de Mojos e Chiquitos, desde o início da sua fundação até a independência da República da Bolívia. Dentre esses manuscritos foram consultados 29 documentos/legajos, de um período entre 1767 e 1810, que discute temas de conflitos entre espanhóis e Guaycurú, comércio ilícito entre Províncias, fuga de escravos negros, deserção de portugueses e espanhóis, roubo de gados, deserção de indígenas cristãos das missões de Mojos e Chiquitos e pedido de proteção à fronteira.

Além desses documentos foram consultados outros manuscritos, no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Os manuscritos estão organizados em três coleções: missões espanholas na América, Bolívia e Mato Grosso. Também foram consultados os manuscritos inseridos na coleção da Audiencia de Charcas ou La Plata disponíveis nos acervos do Archivo General de Indias, em Sevilla, e no Archivo Histórico Nacio-

nal, em Madrid. E, a coleção de documentos sobre a história de Mato Grosso, sobretudo, no século XVIII, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU/Lisboa).

Estas Audiencias foram o máximo Tribunal de Justiça criado no mundo colonial espanhol. As decisões tomadas por seus membros não podiam ser revogadas facilmente, sendo apeladas somente pelo Consejo de Indias. Funcionava como uma espécie de Tribunal para tratar de assuntos de primeira instância que afetava os pueblos e as cidades coloniais, em territórios distantes da metrópole. Primeiro, a Audiencia del Perú foi criada, em 1542, para atender um vasto território desde Quito até o Río de la Plata. Já a Audiencia de la Plata ou de Charcas foi criada somente em 1559, com sede na antiga Chuquisaca, hoje, atual cidade de Sucre, na Bolívia. Na região sob domínio espanhol, as Audiencias cuidavam de atribuições judiciais, administrativas, políticas e eclesiásticas. Por isso, grande parte dos manuscritos analisados nesse estudo foi atendida pela Audiencia de La Plata e circulavam num vasto território desde o Río de la Plata até o Peru (VILLALBA, 2007).

Cristãos e Infiéis: conflitos, reciprocidade e mobilidade social nos espaços de fronteira

Na disputa das Coroas espanholas e portuguesas, que se intensificou a partir do século XVII, sobretudo, pelo crescimento das cidades e fortalecimento do sistema colonial, os indígenas tidos como “infiéis” e “bárbaros” se utilizavam de dispositivos de poder para amedrontar grupos rivais e manter um elo com os europeus. Nesse período, estamos tratando com indígenas de atitudes ambivalentes, em que a relação de reciprocidade, inclusive entre grupos cristãos (aliados dos europeus) e infiéis, foi utilizada com muito mais eficácia do que entre os próprios colonos, espanhóis ou portugueses (WILDE, 2009). Assim, diante do contexto histórico, especialmente, com a introdução das políticas borbônicas e pombalinas na América, em que a pressão exercida na homogeneização cultural, repercutiu não apenas na relação intrínseca entre idioma, cultura e identidade, mas também na conscientização pelos indígenas das suas especificidades (GARCIA, 2007). Concordando com Guillermo Wilde que nesses espaços imperavam,

indios cristãos que no solo negociaban con los “infeles” sino que se integraban a sus huertes y las dirigían, personajes “fuera de la ley” que conocían varios códigos culturales, lingüísticos y jurídicos, que utilizaban para escapar a los controles de la administración y la justicia, actuando a menudo como mediadores políticos y culturales (2009, p. 20).

A construção na historiografia colonial, tanto dos portugueses como dos espanhóis, de grupos indígenas semelhantes à civilização europeia no manejo do trabalho e, especialmente, na assimilação da doutrina cristã, caminhou lado a lado com o discurso criado acerca de indígenas hostis, bárbaros e infiéis, grupos que ameaçavam constantemente a colonização e a expansão europeia nas Américas. Os Chiquito, assim como os Guarani foram registrados nos documentos coloniais majoritariamente como grupos guerreiros, mas aptos as mudanças ocasionadas pela presença europeia. E os infiéis que ficaram conhecidos como todos os outros “grupos selvagens”, que apesar das mudanças, ainda resis-

tiam à expansão, preferindo viver nos bosques e “alheios a civilização”. Ambos utilizaram o imaginário desses grupos como hostis, indomáveis, bárbaros e pagãos para amedrontar outros grupos, cultivar novos aliados, promover guerras justas contra grupos inimigos e, assim, avançar na conquista e colonização das regiões.

Quando os europeus chegaram à região do Pantanal, depararam-se com diferentes grupos indígenas, com características que para eles causava espanto, curiosidade e admiração. Alguns desses grupos aguçavam o imaginário dos conquistadores, através da repercussão de suas habilidades na caça, na pesca, na confecção da canoa, nas guerras, nas estratégias de sobrevivência e, porque não, nas habilidades de conquista do “outro”, que podia ser o próprio europeu ou um grupo que lhe parecia hostil e propício para manter uma relação de vassalagem, como “cativos”. Esses conhecimentos eram transmitidos entre os distintos grupos, alcançando o imaginário dos conquistadores europeus, que percorriam rios, canais fluviais e caminhos terrestres encontrando novos grupos e em busca de outros já registrados em sua memória, tanto os grupos receptivos a alianças como os “selvagens” e não tão passivos a presença do europeu em seus territórios.

Assim foi o caso dos infieis Payaguá e Guaicurú, que ao longo de três séculos de conquista nessa região, permaneceram “hostis” à dominação e incorporação das culturas europeias, mas que também souberam utilizar da reciprocidade para negociar com espanhóis e portugueses, bem como indígenas inimigos e escravos negros prófugos. As consequências foram à predominância desses indígenas no decorrer da colonização, a conquista de novos territórios, vassalos e símbolos ocidentais.

Na região do Pantanal, conflitos entre indígenas infieis, cristãos e missionários jesuítas ocorrem desde princípios do século XVIII, como a morte do padre *Juan Bautista Neuman*, em 1703, e dos padres *Bartolomé Blende* e *José de Arce* e seus aliados Chiquito, em 1715 (ARRUDA, 2011, p. 46-47 e p. 123-124). O episódio aconteceu quando os missionários foram explorar a viabilidade do caminho fluvial, pelo rio Paraguay, desde a cidade de *Asunción* até as missões de Chiquitos, na Bolívia. Nas *Cartas Anuas* desse período e nas publicações de missionários como Sánchez Labrador (1910 [1770]) e Patrício Fernández (1896 [1726], p. 109-112), esse episódio foi extensamente relatado pelos jesuítas.⁴ Afirmam que os padres Blende e Arce navegaram aproximadamente 300 léguas, de *Asunción* a Lagoa Mandioré, no Pantanal, e caminharam por terra até a missão de San Rafael, cerca de 70 léguas. Entretanto, as expedições dos jesuítas pelo rio Paraguay, entre missões e cidades coloniais, foram deixadas um pouco de lado, voltando a serem feitas a partir de 1730, devido o confronto entre esses missionários e os infieis Payaguá, que ocasionou a morte dos jesuítas e indígenas cristãos, da região da Bolívia.

Sobre a morte do padre Blende, os jesuítas relatam o episódio através de informações dos indígenas cristãos que conseguiram fugir do confronto com os Payaguá, dizendo que,

habían ellos entrado en la embarcación del Padre Blende fingiendo amistad, para derribarle luego con un porrazo. En seguida mataron también a los neófitos, les cortaron la cabeza, los despojaron, destrozaron y quemaron el barco, dejando los demás cadáveres postrados en la playa para que los devorasen los tigres (RETZ, 1714-1720 e 1720-1730, p. 42-44; traduzido por LEONHARDT, 1928).

⁴ Também encontramos relatos sobre esse episódio em: ARCE, 1713, p. 12-13, Documento I-29-5-95, IAP.

Estudos enfatizavam a inimizade existente entre os missionários jesuítas e os indígenas “infiéis”, afirmando o temor que indígenas cristãos e jesuítas sentiam dos infiéis. Porém, Wilde (2009) e Garcia (2008) mostram que os infiéis mantinham contato com seus parentes aldeados e que circulavam constantemente os espaços das reduções. Mas, e na região da Chiquitania? Será que essa interpretação pode ser aplicada? Porque constantemente encontramos nos manuscritos episódios de temor dos cristãos Chiquito aos infiéis Guaycurú, ainda mais, diante das investidas desses infiéis nas estâncias e missões religiosas espanholas nessa região, ao longo do século XVIII.

Nas *Cartas Anuas* de Chiquitos, os missionários afirmam que há quatro grupos “infiéis”, os *Imono*, os *Timinaa*, os *Terena* e os *Guaicurú*, e que é preciso reduzi-los, devido os constantes conflitos com os europeus e indígenas aliados. Nessas cartas há intenções pelos missionários de conquistar, especialmente, os Guaycurú (ver FIG. 1): “para el año que viene [1763], si Dios no dispone otra cosa, se há determinado entrar a los guaicurus con golpe de gente para ver si hay alguna esperanza de su reducción; [...]” (PALOZZI, 1762 apud MATIENZO et al., 2011, p. 388-389).

O segundo exemplo é um trecho extraído do documento II-36,20,7 que mostra a preocupação dos colonos espanhóis das cidades de *Asunción* e *Buenos Ayres* de ataques de indígenas “infiéis”. Quando os espanhóis avistavam canoas, logo presumiam que poderiam ser os temíveis Payaguá. Ao navegar pelo rio Paraguay, próximo a missão de *Nuestra Señora de Belén*, os espanhóis se depararam com canoas dos infiéis Payaguá (ver FIG. 1). Nesse relato, o confronto não aconteceu, mas só a presença dos infiéis causava transtornos entre os espanhóis:

Pero he aqui que ora empieza a hostilizar otro enemigo mas terrible por agua a Sta Fee. Ahora tres años corrió cierto rumor que los Payaguás avian llegado hasta cerca de la Baxada, de que **se asusto no poco la gente**, de la otra vanda; pero con el tpo se desvanieo esta voz totalmente. Parece que el **reselo** de que sucediese hizo pronosticar lo que sucede, al presente, pues lo que entonces fue **temor daño**, ahora es realidad. [...]. La gente, y soldados de ella estaba a la sazón en tierra cuando descubrieron los Payaguá: sorprendidos del repentino **pavor** que les causó su vista, dudaban que harian, si quedarse en tierra y huir, ó entrarse a defender la embarcación. Al fin se resolvieron â embarcarse y viniendo los Payaguá, les dispararon tres tiros, con que se contuvieron, y pudieron ver los del Barco traian algunos vestidos de españoles, y uno su sombrero blanco de todo lo cual **hazian ostentación** (DOCUMENTO II-36,20,7, 1726-1727, FBN) [grifo nosso].

Entre 1762 e 1764, os padres Agustín Castañares e José Chueca, com aproximadamente 400 indígenas cristãos da missão de Santo Corazón de Chiquitos, fizeram várias tentativas para chegar até os assentamentos dos infiéis Guaycurú, porém nunca conseguiram alcançá-los por três motivos: primeiro, porque os Chiquitos estavam a pé e carregados de mantimentos e os Guaycurú a cavalo; segundo, pois uma expedição foi realizada no mês de janeiro e o caminho estava totalmente inundado, ficando vários Chiquitos doentes e machucados, além disso, os missionários afirmam em vários momentos das cartas que

os Chiquitos não são indígenas de águas e nem de canoas, dificultando as incursões em tempos de cheias; e terceiro, devido às constantes alianças dos Guaycurú com os Payaguá (PALOZZI, 1764 apud MATIENZO et al., 2011, p. 395-404), assim podiam transitar de um lado ao outro do rio Paraguay, ficando os Chiquitos limitados a uma margem do rio, “porque si los guaicurus ven que no pueden resistir, se pasarán a la otra banda del rio Paraguay, ayudados de los payaguas así confederados, y en así retirándose los chiquitos a sus pueblos y en tiempo de las inundaciones en que éstos no pueden seguirlos” (id. ib., p. 395).

Essa reciprocidade entre os grupos infieis, constante nos relatos coloniais, pode ser entendida através do “parentesco que operaba como articulador de las relaciones entre los indios [...] configurando una dinámica que sobrepasaba las fronteras [...]” (WILDE, 2009, p. 147). Concordando com Boccara (2007, p. 63) que mesmo diante dessa visão negativa dos infieis, os espanhóis perceberam as particularidades na organização desses grupos, principalmente, “a dispersão em relação ao seu padrão de assentamento e a guerra como a sua reação à presença europeia”. Nas Cartas Anuas e nos manuscritos redigidos pelas autoridades administrativas espanholas, evidenciamos frequentemente a mobilidade com que os infieis vinculavam os espaços de fronteira, negociando, praticando conflitos e alianças. Apesar das inúmeras tentativas tanto de missionários como de colonos espanhóis em localizar os assentamentos dos infieis, bem como em reduzi-los, esses grupos conheciam e manejavam com habilidade o território e seus aliados, como os Payaguá.

Ao longo das investidas para alcançar os assentamentos dos Guaycurú, os padres e os indígenas cristãos das missões de Chiquitos, descobriram um território propício para fundar uma nova redução, que estava localizado em 19º e meio de latitude, distante aproximadamente 35 a 40 léguas do povoado de Santo Corazón de Jesús. Entretanto, em 1763, quando os padres estavam dispostos a fundar uma nova redução nesse lugar, chegou uma carta nomeada pelo Governador de Santa Cruz, *Don Alonso Berdugo*, pedindo que os Chiquitos das missões se reunissem aos espanhóis na tentativa de expulsar os portugueses das minas de Mato Grosso e Cuiabá; o alistamento dos indígenas cristãos capazes de usar armas de fogo; e que os missionários aumentem a produção de alimentos, afim de suprir as tropas durante a batalha, o que não foi possível, porque “con la extraordinaria seca que há habido este año, y todavía prosigue, se han perdido las sementeras de los siete pueblos, y el maíz antiguo que há quedado no basta para aviar a los indios y a la tropa” (PALOZZI, 1763 apud MATIENZO et al., 2011, p. 397-398).

Após a expulsão dos jesuítas dos territórios espanhóis, começamos a encontrar na documentação outras relações entre infieis, cristãos e europeus. Em 1774, um português chamado *Juan de Almeida*, dono de estâncias de gado nas proximidades dos rios Jauru e Paraguay, “roubou”⁵ cerca de 600 cabeças de gados da estância de *San Christobal*, pertencente à missão de Santo Corazón de Jesús, para vender na praça pública da cidade

⁵ Ao lermos os manuscritos coloniais, percebemos uma discussão acerca desses “roubos” de gados nas Províncias de Mojos e Chiquitos. Os colonos espanhóis acusavam os portugueses contrabandistas de entrarem na província somente com esse objetivo, ou seja, desenvolver um comércio ilícito, incluindo os roubos as estâncias, cidades e missões. Além disso, após 1770, na administração dos Curas nas missões anteriormente jesuíticas, os colonos apresentam em inúmeros documentos os excessos e os danos cometidos por esses religiosos nos *Pueblos* de Mojos e Chiquitos, alegando que estavam constantemente facilitando e até mesmo comercializando com os portugueses. Esses desvios de cabeças de gados das estâncias das missões de Chiquitos são evidentes nos documentos, porque nos livros caixas ou da *Receptoría*, o número de gados são bem inferiores aos existentes durante a administração dos jesuítas. Como os governadores das províncias faziam visitas periódicas nos *pueblos* e estâncias, não era difícil verificar ausências e desvios nas produções anuais.

de Cuiabá, Mato Grosso. O que chama a atenção nessa carta feita para o presidente da *Audiencia de Charcas*, *Ambrosio Benavides*, é a reciprocidade entre diferentes grupos étnicos e a mobilidade com que os agentes sociais transitam de um espaço ao outro, transgredindo leis e negociando benefícios. Evidente que, como mostra o documento, cruzar espaços de fronteiras com tantos gados não seria possível sem acordos com espanhóis e, principalmente, com indígenas da região. Nesse caso, o espanhol *Miguel Pinto*, proprietário de estâncias nas margens do rio Paraguay, juntamente com indígenas estancieiros ou *baqueros* auxiliaram no “roubo dos gados” em troca de “frascos de aguardiente, y otras vulerias de ningun valor, para que les conscienta sacar todo el ganado, que sea asotado a esos lados, [...], cierto es que los mesmo yndios son los que ayudaban para su pesca de ganado” (YRVINA, 28/02/1776, Documento MyCh 128, 1º parte, ABNB).

Além do auxílio de Miguel Pinto, há notícias nos documentos de que outro espanhol estancieiro, expulso anteriormente da Província de Chiquitos, chamado *Bernardo Figueroa* deu asilo a um mulato chamado *Juan de Almeida*, quando expediram o seu mandado de prisão, dizendo que “[...] se paso a Portugal llevando consigo tres yndias y un yndio” (SANTOS, 24/02/1776, Documento MyCh 128, 2º parte, ABNB). No entanto, não há notícias sobre a identidade étnica e funções exercidas por esses indígenas. Ao que tudo indica, eram indígenas cristãos e trabalhavam nas estâncias espanholas. Apesar de que há indícios de participação de infieis nessas investidas, sobretudo, na abertura de passagens e navegação nos rios.

As autoridades espanholas asseguraram que os castigos seriam mais amenos aqueles indígenas que transgredissem as leis e passassem aos domínios portugueses, fato que se tornou constante ultimamente, sobretudo, porque “si antes los aboresian de muerte [los portugueses], en el dia no los repugnan tanto, y con rason, pues cuantos se han pasado a esta banda si retiraron arepotarlos vien para lograr sus amistad [...]” (id. ib.). Esse espanhol, *Bernardo Figueroa*, foi expulso da província, pois comprou cerca de quinhentas cabeças de gado “por un peso cada una” (id. ib.) do mulato *Juan de Almeida*. As informações que os espanhóis da Província de Chiquitos receberam é que uma parte dos gados roubados estava numa estância nova chamada *Buruti*, a outra foi vendida em praça pública de Mato Grosso, pois os gados espanhóis foram facilmente reconhecidos na vila “por ser crecido, y hastudo, que el de Portugal, es pequeño, y hasta chicos” (YRVINA, 28/02/1776, Documento MyCh 128, 1º parte, ABN).

Episódios como esses são frequentemente encontrados nos documentos enviados as autoridades administrativas da *Audiencia de Charcas*, em meados do século XVIII, pois nos povoados de Cuiabá e Mato Grosso, a base econômica era sustentada a partir do comércio, empreendido através das monções fluviais, e aqueles “não oficiais”, em que portugueses circulam pelos espaços de fronteira tentando negociar produtos por conta própria com indígenas e colonos espanhóis, bem como praticar roubos. Esses comerciantes portugueses são usualmente mencionados nos manuscritos do século XVIII como “tucumanos contrabandistas” e “mercanchifles” (SANTOS et al., 1775, Documento ALP MyCh 146, p. 11 e 16). Estudos sobre desertores em espaços de fronteiras, como o de Nacuzzi (2011), afirmam que esses refugiados eram pessoas que circulavam e se misturavam com e entre os grupos indígenas, funcionando como uma espécie de “mecanismos de prestaciones y

contraprestaciones” (id. ib.) entre os diferentes grupos étnicos, desempenhando funções variadas, “lenguaraces, secretarios, espías y representantes formaron parte del grupo de *mediadores culturales*” (id. ib.).

Ao pensarmos na vinculação e mobilidade social nos espaços fronteiriços pelos indígenas “infiéis”, encontramos uma clara distinção entre a documentação espanhola e a portuguesa do século XVIII: enquanto que na documentação espanhola há extensas discussões sobre investidas de infiéis Guaycurú as missões, estâncias e cidades espanholas, na região da Chiquitania; nos informes produzidos pelos portugueses, no mesmo período, encontramos mais de 18 ataques pelos Payaguá nas monções que navegavam o Rio Paraguay até a região de Mato Grosso, sendo o primeiro registrado em 1725 e o último, em 1786. Somente a partir de 1771 é que começamos a perceber preocupações nas documentações portuguesas com as investidas dos Guaycurú em suas ocupações. Com isso, podemos pensar numa maior mobilidade desses indígenas no território, se deslocando entre o extremo sul, desde a cidade de Asunción, até o extremo norte do Rio Paraguay e Rio Jauru, em domínios de Portugal, conforme consta num documento sobre os limites de fronteira e ocupações portuguesas nessa região:

[os Guaycurús] cujas terras são as Margens ambas do dito Rio Paraguay quasi desde as vizinhanças dos Estabelecimentos Castelhanos da Asumpção à banda do Norte; sem que deva fazer embaraço distarem eles do lugar que vieram destruir mais de duzentas legoas/ isto não só porque eles se transportaram em canoas, segundo consta equipadas ao seu modo, [...] (MELLO E CASTRO, Coleção Mato Grosso, D.1102, Villa Bella, 8/junho/1775, p. 2-3).

No conjunto de manuscritos inseridos no *Catálogo de documentos de Mojos y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823*, do *Archivo y Biblioteca Nacional de Bolivia*, na cidade de Sucre, encontramos um caderno de Autos sobre os danos causados pelos Guaycurú na Província de Chiquitos, entre 1767 e 1774. O primeiro informe datado em 27 de julho de 1767, e redigido pelo Padre *Joseph Rodriguez*, narra o episódio envolvendo o contato interétnico entre um missionário e seus neófitos Chiquito e os infiéis Guaycurú.

Diz que durante uma expedição na tentativa de reduzir esses infiéis, o missionário encontrou com um grupo de Guaycurú, conduzindo-os até a missão de *Santo Corazón* e a estância de *San Christobal*. Diante da tranquila hospedagem e convivência, permaneceram no *Pueblo* por uns dias. Posteriormente, saíram o Padre, alguns Chiquito cristãos e outros Guaycurú para reconhecer as *tolderías* (ou assentamentos) e terras, com o intuito de fundar um *Pueblo* entre esses infiéis. Caminharam aproximadamente seis léguas de distância, e, “esa misma mañana estando para partir, con un repentino asalto dieron iniquamente la muerte al Padre, a los christianos, que le acompañaban y algunos de la misma estancia”, levando como cativos as mulheres e as crianças e roubando gados, cavalos e mantimentos. Após esse conflito, os Guaycurú voltaram ao *Pueblo* de *Santo Corazón* em maior número “para destruirlo, matar, robar, y llebarse mujeres, y chusma cautivos”. Entretanto, foram

cercados e feitos prisioneiros na missão, “con todo silencio, y sin haver ávido desgracia alguna ni de una ni otra parte” (RODRIGUEZ, 1767, p. 5-9, Documento GRM MyCh 23.34, ABNB).

Os Guaycurú que ficaram retidos na Província de Chiquitos foram distribuídos em oito missões e, tratados, “no como Infieles, y enemigos, sino, como hijos, y neófitos, para hacerlos christianos, pero ellos positivamente no quieren serlo; [...] porque los Guaicurus solo han nacido para robar, matar, y destruir a todo no Guaicurus entera (id. ib.)”. Na intenção de mantê-los na Província, os espanhóis “hemos tenido engrillos, y divididos en los pueblos con buena tratamiento (id. ib.)”. Porém, todas essas precauções não foram suficientes, pois os Guaycurú conseguiram fugir, deixando dois Chiquito cristãos mortos e outros feridos. Diante desses fatos, o Padre *Joseph Rodriguez*, relator desse informe, sugeriu ao Governador da Província, *Don Luiz Albanes de Nava*, que transfira esses infieis para as cidades de Chuquisaca (atual Sucre) e Potosi, servindo os espanhóis na cidade, nos engenhos e nas minas daquela região, pela segurança e tranqüilidade daquelas missões, afinal, “si los dichos Guaicurus no se echan de aqui, o se huien, todo va perdido, pues ni estas misiones tendrán sosiego, ni lograremos la conversión de otros infieles, [...]” (RODRIGUEZ, 1767, p. 5-9, Documento GRM MyCh 23.34, ABNB).

A resposta para seu pedido foi enviada em 03 de outubro de 1767, por Martinez de Escobar, reiterando a transferência dos infieis Guaycurú para a região de Potosi, para que sejam repartidos em *encomiendas* entre os *vecinos*,

sin contravenir a las Leyes subrogandose estos a las comunidades, en lugar de los Pongos [que sirven a los Religiosos, lugar muy adecuado para que sin violencia abrasasen la Santa Fe Catholica con su enseñanza y ejemplo], o Mitaios que por ordenanzas se hallan sirviendo [...]” (ESCOBAR, 1767, p. 10-12, Documento GRM MyCh 23.34, ABNB).

Assim, em janeiro de 1768, mais de 100 Guaycurú que estavam presos nas missões de Chiquitos foram repartidos em *encomiendas*, na cidade de *San Lorenzo de la Barranca*.

Concordando com David Weber (2013, p. 31-35) que esses indígenas “bravos” ou “infieis” tiveram um maior valor econômico e estratégico para o Império. Assim, “los indios que continuaban sin ser conquistados no eran simplemente indios. Los españoles los describían como indios bravos, indios bozales, indios infieles o gentiles e indios salvajes o indios bárbaros”. Os infieis eram diferentes, não apenas na língua e na cultura, mas, sobretudo, nas etapas de desenvolvimento da colonização, devendo ser combatidos e “seduzidos” a vida europeia e cristã de acordo com as necessidades e perturbações momentâneas. E, que esses nomes eram como “etiquetas étnicas”, ou seja, apesar dos espanhóis conhecerem os nomes específicos de cada grupo, essas etiquetas “servían más para atribuirles una identidad que para describirlos” (WEBER, 2013, p. 34-35), e tinham como objetivo demonstrar através desses términos ou categorias, aqueles grupos que viviam mais *allá* dos limites da cristandade.

Considerações finais

Os estudos históricos e antropológicos mais recentes, especialmente, em espaços de fronteira, estão tentando compreender os mecanismos pelos quais os grupos indígenas resistiram e se adaptaram, como as identidades étnicas se constituíram e o surgimento de novos sujeitos individuais e coletivos.

Na documentação espanhola sobre essa região, percebemos que os indígenas “infiéis” Guaycurú eram nitidamente “inimigos” dos espanhóis e dos indígenas cristãos Chiquito. Mesmo quando a aliança parecia ocorrer, ela logo era desfeita, com episódios de intensos conflitos. Existia relações mais amistosas entre esses “infiéis” e os espanhóis da cidade de Asunción e da Província de Tucumán.

Os poucos documentos que apresentam uma tentativa de aliança entre Guaycurú e portugueses não mostram os interesses concretizados, por ambos os lados, somente em 1790, percebemos uma possível aliança entre esses indígenas e os lusitanos, porém esses documentos são construídos para mostrar argumentos que justificassem a reivindicação pelos portugueses dos vastos territórios ocupados por esses grupos. Sendo assim, concordando com as palavras de Wilde (2009, p. 09) que o maior desafio do investigador não está em circunscrever espacial, temporal e tematicamente o objeto de estudo e, sim, em desconstruir simultaneamente as interpretações escritas por funcionários coloniais, religiosos e, mais recentemente, historiadores e etnólogos. Como tentamos escrever episódios da história a partir de registros europeus, estamos lidando com discursos criados e reformulados de acordo com o contexto e as necessidades momentâneas.

A historiografia, afirmou por um longo tempo que, os Payaguá não possuíam limites territoriais estabelecidos por outros grupos étnicos, estando seus assentamentos espalhados em ambas às margens do Rio Paraguay, assim como a circulação desse grupo poderia alcançar uma extensa área fluvial, desde a desembocadura do Rio Bermejo até o Alto Paraguai. Por isso, encontramos nos primeiros relatos dos europeus, especificamente do século XVI, esses indígenas ocupando uma região ampla conhecida como *Gran Chaco*, que se estende por cerca de 700 mil km² abrangendo áreas da Bolívia, Brasil, Paraguay e Argentina.

Mas, o que é evidente na leitura dos manuscritos coloniais redigidos por espanhóis e portugueses é que a partir de aproximadamente 1723, existia uma espécie de “fronteira humana”⁶ que impedia a atuação desses grupos infiéis ao longo do Rio Paraguay, desde Asunción até a confluência com os rios São Lourenço e Alegre, na divisa dos Estados atuais de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Em outras palavras, até aproximadamente 1770, a circulação e a atuação dos infiéis Guaycurú estava restrita mais ao sul, entre a cidade de Asunción, e a oeste nas *tierras adentro*, entrando na região do Chaco até as missões de Chiquitos, especialmente aquelas que estavam no espaço de fronteira Bolívia/Brasil, como *Santo Corazón*, *San Juan*, *Santiago* e *San José de Chiquitos*. Já a atuação dos infiéis Payaguá

⁶ Presotti (2008, p. 84) afirma que “com as entradas mais intensivas dos sertanistas e o descobrimento das minas [na região de Mato Grosso], rompeu-se o delicado equilíbrio de territorialidades das diversas etnias na região, revelando perturbações nas fronteiras indígenas”, porque no início da conquista, os Payaguá encontravam barreiras, devido imposições de outros grupos, como os Guató.

estava restrita mais ao norte do Rio Paraguay, entre a atual cidade de Corumbá/MS (19°), até a confluência com os rios São Lourenço, Cuiabá e Alegre.

Assim, os Guaycurú estavam constantemente em conflito com os espanhóis e os indígenas cristãos da Chiquitania, enquanto que os Payaguá dificultavam os caminhos e a expansão portuguesa na região de Mato Grosso. Claro que a aliança e a reciprocidade entre esses grupos em determinados momentos de conflitos com os europeus ocorreram, principalmente, nos episódios relatados pelos jesuítas, entre 1703 e 1730, nas expedições em busca de novos caminhos e ligação entre Províncias, via Rio Paraguay, porém após esse período o que vemos é a preocupação, de um lado dos portugueses com possíveis ataques dos infieis Payaguá, nas monções e expedições que navegavam o Rio Paraguay até Mato Grosso, e por outro, dos espanhóis com as investidas dos Guaycurú as missões de Chiquitos e as estâncias e cidades espanholas, como Asunción e Santa Cruz de la Sierra. Já a partir de 1771, notamos uma preocupação acentuada, tanto na documentação portuguesa quanto na espanhola, com investidas dos infieis Guaycurú nos povoados, nas estâncias e nas missões religiosas, bem como nas possíveis alianças entre esses indígenas com portugueses ou espanhóis⁷.

Em relação aos grupos infieis, um problema que encontramos nas fontes históricas do século XVIII são as “etiquetas étnicas” impostas pelos europeus, pelos próprios indígenas e por outros grupos que habitavam a região. De acordo com Weber (2013, p. 35) essas “etiquetas”,

eran con frecuencia caprichosas e imprecisas además de falsas. Los extraños podían dar al mismo Pueblo múltiples nombres diferentes o aplicar el mismo nombre a vários grupos distintos, según su ubicación o la relación que tuvieran en determinado momento. [...], los pueblos eran por lo general mezclas de pueblos que no se consideraban a sí mismos como un único grupo, pese a que así los imaginaran quienes eran ajenos a ellos. [...], las etiquetas étnicas sugieren un sentido falso de pureza o continuidad étnica.

Os inúmeros *Autos de Visita*, para conhecimento dos fundos e frutos que podem render em benefício e utilidade dos índios, redigidos pelos governadores das Províncias de Mojos e Chiquitos, e, inseridos na coleção de *legajos* da *Audiencia de Charcas*, no *Archivo General de Indias*⁸, servem para mostrar não somente a riqueza e os benefícios que podem obter com a exploração de todos os recursos das Províncias, que parecem ser inesgotáveis e vantajosos, porém, o que considero mais importante, o valor de produção/mão de obra

⁷ Consultar os documentos: PEREIRA E CACERES & CUNHA, Coleção Mato Grosso, D.1101, Villa Bella, 9/maio/1775, p. 12; MELLO E CASTRO, Coleção Mato Grosso, D.1102, Villa Bella, 8/junho/1775, p. 2-3.

⁸ Refere-se ao legajo Charcas,623 (AGI) – San Pedro, 22/febrero/1788, redigido por Don Lazaro de Ribera, “Provincia de Moxos. Años de 1787 y 1788. 280 p. Varias cartas con sus Documentos del Governador Don Lazaro de Ribera, sobre los males que se sufren en ella, desordenes que se cometen por los Curas Doctrineros, y otros puntos relativos al Governo de aquellos Pueblos, que no han tenido curso por las razones que a sus margenes há puesto la mesa de Buenos Ayres”. Todas as informações das visitas eram anotadas no *Libro de Caja o Receptoría General*, passando às estâncias para verificar e contar os gados *bacuno* e *caballar* existentes em cada uma, o estado das *chacras* de algodão e de chocolate, e demais objetos existentes e produzidos, assim como os padrões dos *pueblos* (número de habitantes, sexo, matrimônio, órfãos/as e viúvos/as). Pela lista das visitas observa-se que os indígenas produziam de tudo nos *Pueblos*, mesas, estantes, cortinas de tecidos, objetos para adornar a igreja, roupas, etc.

dos indígenas *naturales*, ou seja, a percepção tanto dos indígenas como dos europeus, do valor das suas especificidades. Diante das palavras do Governador da Província de Mojos, Don Lazaro de Ribera, a fonte de riqueza gerada a partir da força de trabalho dos índios é que deve ser explorado. Logo, a preocupação em tê-los como aliados. Tudo o que era produzido, em gêneros alimentícios (gado, cacau, tabaco, açúcar, arroz, café, palmito e várias outras raízes silvestres, etc.), como utilitários (objetos de madeira, ferramentas, sebo, tintas, tecidos/cortes, objetos em couro, etc.) já fornecia aos cofres espanhóis cerca de 67.759 pesos por ano, isso mencionando somente a Província de Mojos, ou seja, onze *Pueblos*. E, sem mencionar os contrabandos e desvios ocasionados pelos Curas das missões. Então a tentativa do Governador é mostrar através de dados e números as vantagens e benefícios que podem ser extraídos das Províncias de Mojos e Chiquitos e, sobretudo, do trabalho dos vassallos.

Por fim, a contribuição dessa pesquisa está em elevar os personagens tidos pela historiografia tradicional como “subalternos” em protagonistas, em mediadores políticos e culturais nas relações articuladas nos espaços de fronteira, seja diante de conflitos, reciprocidades, negociações e/ou mestiçagem social, cultural e biológica dos agentes sociais; a etnogênese e a etnificação dos grupos indígenas infieis Guaycurú e Payaguá, assim como dos cristãos Chiquitos, a partir das mudanças ocorridas ao longo do tempo desses grupos e a reformulação/reconstrução de sua identidade; e na compreensão das dinâmicas étnicas, a partir da multiplicidade de mecanismos/estratégias e ações/respostas criadas/reformuladas por esses personagens nos espaços de fronteira.

Fontes Documentais

Cartas Anuas dos Jesuítas:

ARCE, José Francisco de. DOCUMENTO I-29-5-95. Breve relación del viage, que hicieron por el Rio Paraguay arriba 6 Padres y un hermano el año de 1703 por orden de nuestro Padre General. Transcrito pelo Padre Arnaldo Bruxel. 1713, abril, 5, p. 1-17. In: *Coleção Pedro De Angelis*. Acervo documental do Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, São Leopoldo/RS.

PALOZZI, Esteban. Documentos de la Provincia del Paraguay (1762-1767). Carta de oficio al Visitador Contucci. Anuas de las misiones de Chiquitos, 1762, 1763 e 1764. In: MATIENZO, Javier; TOMICHÁ, Roberto; COMBÈS, Isabelle; PAGE, Carlos. *Chiquitos en las anuas de la Compañía de Jesús (1691-1767)*. Cochabamba/Bolívia: Instituto de Misionología/Itinerarios Editorial, 2011, pp. 388 - 411.

RETZ, Francisco. *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, años 1714-1720 e 1720-1730*. Filme 4670. Traducción de Carlos Leonhardt, S. J. Buenos Aires/Argentina, 1928. Transcrição pelo Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 1994.

Manuscritos coloniais:

ESCOVAR, Martinez de. DOCUMENTO GRM MyCh 23.34. “Cuadernos de Autos formados sobre varias irrupciones y daños executados por los Indios infieles Guaycurús contra la Provincia, y Misiones de Chiquitos desde el año de 1767 hasta el de 1774. Cuaderno perteneciente a los Autos formados sobre la livertad a los índios de encomienda de Santa Cruz, y reduccion de los Guaycurús en las Misiones de Chiquitos”. In: Catálogo de documentos de Mojos y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823. Archivo y Biblioteca Nacional (ABN), Sucre, Bolívia, 130 f., p. 10-12, 03/10/1767.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. DOCUMENTO II-36, 20,7. 1726-1727, p. 37-48 e p. 81-82. Coleção de Manuscritos, 3º andar, Rio de Janeiro/RJ.[Anônimo e sem título].

MELLO E CASTRO, Martinho. DOCUMENTO D.1102, Villa Bella, 8/junho/1775, p. 1-3. OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre um ataque de índios Guaicurú, que subiram o rio Paraguai e atacaram uma fazenda, onde mataram 16 pessoas. Dá notícia sobre essa nação indígena e remete uma placa de prata que trazia pendurada no pescoço o índio que foi morto. AHU -MATO GROSSO, cx. 16, doc. 49 AHU_CU_010, Cx. 17, R. 16, D. 1102. Coleção Mato Grosso, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Portugal.

PEREIRA E CACERES, Luiz d’ Albuquerque de Mello; CUNHA, Manoel Cardoso da. DOCUMENTO D.1101, Villa Bella, 9/mayo/1775, p. 1-13. OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretario de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro em que dá conta da noticia, vinda do governo de Sao Paulo, da nociva posse que foram tomar os espanhóis da foz do rio Ipané ou Aguaré na margem esquerda do rio Paraguai, e da sua deliberação de mandar ocupar a paragem de Fecho dos Morros, pouco mais ou menos em quase 19 graus da dita altura que noutro tempo foi edificada, a 30 léguas, a povoação castelhana de Xeres. Anexo: 4 cópias de ofícios e uma cópia de ordens e 2a vías. AHU_CU_010, Cx. 17, R. 16, D. 1101 Coleção Mato Grosso, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Portugal.

RODRIGUEZ, Joseph. DOCUMENTO GRM MyCh 23.34. Cuadernos de Autos formados sobre varias irrupciones y daños executados por los Indios infieles Guaycurús contra la

Provincia, y Misiones de Chiquitos desde el año de 1767 hasta el de 1774. Cuaderno perteneciente a los Autos formados sobre la libertad a los indios de encomienda de Santa Cruz, y reduccion de los Guaycurús en las Misiones de Chiquitos. In: Catálogo de documentos de Mojos y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823. Archivo y Biblioteca Nacional (ABN), Sucre, Bolivia, 130 f., p. 5-9, 27/julio/1767.

SANTOS, Don Antonio Sesane de los; CAMARGO, Francisco Joseph de; BERDESIO, Juan. DOCUMENTO MyCh 146. “Expediente formado en virtud de un auto del Corregidor de Chiquitos Don Antonio Seoane de los Santos, contra unos portugueses, por contrabando. San Javier, Chiquitos. Audiencia de La Plata. Expediente formado en virtud de un auto de don Antonio Seoane de los Santos, corregidor y justicia mayor de la provincia de Chiquitos, contra Miguel Araus, José María y un negro portugués llamado Juan, por contrabando. Testimonio ortorgado a 28.12.1779 en San Javier de Chiquitos”. In: Catálogo de documentos de Mojos y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823. Archivo y Biblioteca Nacional (ABN), Sucre, Bolivia, 43 f., 6/11/1775 – 28/12/1779.

SANTOS, Don Antonio Sesane de los. DOCUMENTO MyCh 128 (2 Parte). “Carta del Corregidor de la provincia y misiones de Chiquitos [...]”, do Corregedor da Província de Chiquitos, ao Presidente da Real Audiencia de la Plata, Don Ambrosio Benavides. In: Catálogo de documentos de Mojos y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823. Archivo y Biblioteca Nacional (ABN), Sucre, Bolivia, 2º parte, 6 f., 24/02/1776.

YRVINA, Frai Yldifonso Bargas y. DOCUMENTO MyCh 128 (1º Parte). “Carta del Corregidor de la provincia y misiones de Chiquitos, escrita al Señor Ambrosio Benavides, presidente de la Audiencia de La Plata sobre varias extracciones, y robos de ganado bacuno que se internan a los Portugueses de Matogroso, y las distintas entradas que han facilitado a la Provincia de pocos años, y la respectiva providencia que se expedió”. De Governo. In: Catálogo de documentos de Mojos y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823. Archivo y Biblioteca Nacional (ABN), Sucre, Bolivia, 1º parte, 5 f., 28/02/1776.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX). *Memoria Americana*. Version on-line, ISSN: 1851-3751. No 16-1. Buenos Aires, 16 (1), ene/jun. 2008, p. 19-40.

_____. Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (Orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 105-133

ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. *Condicionantes étnicos na criação das Missões de Chiquitos: alianças e conflitos na Chiquitania e no Pantanal (1609-1691)*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Porto Alegre/RS, 2011.

BOCCARA, Guillaume; GALINDO, G. Sylvia (eds.). *Introducción*. In: _____. *Lógicas mestizas en América*. Temuco/Chile: Instituto de Estudios Indígenas, 1999a.

BOCCARA, Guillaume. *Mestizaje, nuevas identidades y pluriétnicidad en América (siglos XVI-XX)*. *Etnohistoria*, Naya, Argentina, 1999b. Disponível em: http://etnohistoria.naya.org.ar/htm/29_abstract.htm

_____. *Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización*. *Nuevo Mundo. Mundos Nuevos (Online)*, Débats/2001, París, 08/02/2005, consultado 24/04/2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/426>

_____. *Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial*. *Revista Tempo*, vol. 12, n. 23, Dossiê “Os índios na História: abordagens interdisciplinares”, Rio de Janeiro/RJ, UFF, julho/2007, p. 56-72.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios missionários entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Mato Grosso (c. 1767-1800)*. *Nuevo Mundo. Mundos Nuevos (Online)*, Debates, posto online no dia 30 Janeiro 2012b, consultado 01 Novembro 2012. URL: <http://nuevomundo.revues.org/62485>; DOI:10.4000/nuevomundo.62489

FERNÁNDEZ, P. J. Patricio. *Relación Historial de las misiones de indios Chiquitos que en el Paraguay tienen los Padres de la Compañía de Jesús*. Asunción/Paraguay: Librería y Casa Editora de A. de Uribe y Compañía, 1896 [1726], vol. I. 282 p.

GARCIA, Elisa Fruhauf. *O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional*. *Revista Tempo*, vol. 12, n. 23, Dossiê “Os índios na História: abordagens interdisciplinares”, Rio de Janeiro/RJ, UFF, julho/2007, p. 23-38.

GARCIA, Elisa Fruhauf. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, n. 40, p. 613-632, jul/dez 2008.

GARCIA, Elisa Fruhauf. Os índios e as reformas borbônicas: entre o “despotismo” e o consenso. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (Orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 55-81

HERBERTS, Ana Lúcia. Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material. 1998. 262 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo – RS, 1998.

LABRADOR, P. José Sánchez. *El Paraguay Católico*. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910 [1770], Tomo I. 317 p.

LUCAIOLI, Carina; NACUZZI, Lidia. *Fronteras. Espacios de interacción en las tierras bajas del sur de América*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010. 256 p.

NACUZZI, Lidia R. Los desertores de la expedición española a la costa patagónica de fines del siglo XVIII y la circulación de personas en los espacios de frontera. *Nuevo Mundo. Mundos Nuevos* (Online), Debates, posto online no dia 30/maio/2011, consultado 20/agos./2013. URL: <http://nuevomundo.revues.org/61394>; DOI:10.4000/nuevomundo.61394

NAVARRO, Gonzalo; MALDONADO, Mabel. *Geografía Ecológica de Bolívia: vegetación y ambientes acuáticos*. Cochabamba/Bolívia: Centro de Ecología Simón I. Patiño – Departamento de Difusión, 2006. 719 p.

PEIXOTO, José Luís dos Santos. A ocupação dos povos indígenas pré-coloniais nos grandes lagos do Pantanal Sul-mato-grossense. 2003. 262 f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul. Sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII). Tese (Doutorado em História) – Universidade Nacional de Brasília, Brasília/DF, 2008.

QUIJADA, Mónica. Repensando la frontera Sur Argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII-XIX). *Revista de*

Índias, 2002, vol. LXII, núm. 224, p. 103-142.

VILLALBA, José Miguel López (Coord.). *Acuerdos de la Real Audiencia de La Plata de los Charcas (1561-1568)*. Vol. 1. Corte Suprema de Justicia de Bolivia, Archivo y Biblioteca Nacional de Bolivia, Embajada de España en Bolivia, Agencia Española de Cooperación Internacional. Sucre, Bolivia, 2007. (Contiene, v. 1 – 1561-1568)

WEBER, David. *Bárbaros. Los españoles y sus salvajes en la era de la ilustración*. 2013 [2. Edición].

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires/Argentina: SB, 2009. 512 p.